

Copyright © Boitempo Editorial, 2007

Coordenação editorial Ivana Jinkings

Editores Ana Paula Castellani
João Alexandre Peschanski

Assistente editorial Vivian Miwa Matsushita

Preparação Luis Brasilino

Revisão Hugo Almeida

Julia de Souza
Marcelo Silva Souza
Renato Potenza Rodrigues

Capa Guilherme Xavier
sobre projeto de Andrei Polesi e
quadro *Combat du Giaour et du Pachá*,
de Eugène Delacroix, 1835.

Editoração eletrônica Cintia de Carqueira Cesar

Produção Marcel Iha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F552p

Fiori, José Luis, 1945

O poder global e a nova geopolítica das nações / José Luis Fiori.

- São Paulo : Boitempo Editorial, 2007.
(Estado de sítio)

ISBN 978-85-7559-099-7

1. Política internacional. 2. Geografia política. 3. Geografia econômica. 4. Geopolítica. 5. Relações internacionais. I. Título. II. Série.

07-3529

CDD: 327
CDU: 327

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2007

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes

05030-030 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

e-mail: editor@boitempoeditorial.com.br

site: www.boitempoeditorial.com.br

Para

Maria Claudia

PREFÁCIO¹

1

A análise da conjuntura internacional contemporânea e o estudo das transformações mundiais da segunda metade do século XX nos levaram a uma longa viagem no tempo, até as origens do “sistema mundial moderno”², com o objetivo de compreender suas tendências de longo prazo. Partimos das “guerras de conquista”³ e da “revolução comercial”⁴ que ocorrem na Europa nos séculos XII e XIII para chegar à “transição para o capitalismo”, de Karl Marx⁵, e ao “longo sécu-

¹ Agradeço a leitura atenta deste texto e os comentários rigorosos de Jorge Otávio Fiori, Maria da Conceição Tavares, Franklin Serrano, Carlos Medeiros, Paulo Eduardo Arantes, Cláudia Varet, Andrés Ferrari e Eduardo Crespo. Sempre que possível, procurei incorporar suas sugestões, mas em alguns pontos, se mantiveram nossas divergências. E também aos meus alunos de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com os quais debato essas idéias há cerca de vinte anos.

² Essa expressão ficou clássica com a obra de Immanuel Wallerstein, *The Modern World System* (Nova York, Academic Press, 1974). Neste prefácio, entretanto, ela é utilizada para referir-se apenas ao período cronológico de que fala Wallerstein, entre os séculos XVI e XXI, sem ter as mesmas conotações teóricas do autor.

³ Philippe Contamine, *War in the Middle Age* (Londres, Blackwell Publishing Limited, 1992).

⁴ Henri Pirenne, *Historia econômica e social da Idade Média* (Lisboa, Mestre Jou, 1982); Robert S. Lopez, *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350* (Cambridge, Cambridge University Press, 1976); Peter Spufford, *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe* (Nova York, Thames&Hudson, 2002); e Jacques Le Goff, *Mercaderes y banqueros de la Edad Media* (Madrid, Alianza Editorial, 2004).

⁵ Karl Marx, *O capital* (São Paulo, Nova Cultural, 1988, v. 1, cap. 24).

lo XVI” (1450-1650) de Fernand Braudel⁶, Immanuel Wallerstein⁷ e Giovanni Arrighi⁸, quando se formam os Estados e as economias nacionais e se inicia a vitoriosa expansão mundial dos europeus⁹. Como é sabido, na Europa – ao contrário dos impérios asiáticos –, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI¹⁰. Mas a desintegração política e a atrofia econômica se revertem nos séculos XII e XIII¹¹, quando começaram os processos de centralização do poder territorial e de mercantilização da economia¹², que culminaram com a formação dos “Estados-economias nacionais”¹³ europeus¹⁴. Essa “pré-história” do “sistema mundial moderno” oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre o poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do “milagre europeu”. O estudo dessa “pré-história”, entretanto, nos levou a algumas conclusões que diferem – às vezes – dos autores de onde partimos.

1.1 Em sua história da formação da “economia-mundo europeia”, Braudel estabelece uma distinção fundamental entre os concei-

- 6 Fernand Braudel, *O tempo do mundo* (São Paulo, Martins Fontes, 1987).
- 7 Wallerstein, op. cit.
- 8 Giovanni Arrighi, *O longo século XX* (São Paulo, Unesp, 1994).
- 9 David B. Abernethy, *The Dynamics of Global Dominance, European Overseas Empires 1415-1980* (New Haven, Yale University Press, 2000) e Marc Ferro, *História das colonizações* (São Paulo, Companhia das Letras, 1994).
- 10 Norbert Elias, *O processo civilizador* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, [1939] 1993, v. 2, parte 1).
- 11 Janet L. Abu-Lughod, *Before European Hegemony, the World System A.D. 1250-1350* (Oxford, Oxford University Press, 1993).
- 12 Fernand Braudel, *Os jogos das trocas* (Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1996).
- 13 José Luis Fiori, “Formação, expansão e limites do poder global”, em *O poder americano* (Petrópolis, Vozes, 2004).
- 14 Longo processo secular que avançou dentro da Europa a despeito da Peste Negra e da “epidemia da fome” que dizimaram quase metade da população europeia no século XIV.

tos de “economia de mercado” e de “capitalismo”¹⁵. Mais do que isso, ele defende a tese de que o capitalismo é o “antimercado”, porque o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos “normais” e o capitalismo, o lugar da acumulação dos “grandes lucros” e dos “grandes predadores”¹⁶. Mas, apesar disso, em sua história da “economia-mundo mediterrânea” Braudel privilegia a evolução das trocas individuais e dos mercados e transmite a idéia de uma transição gradual – dentro do “jogo das trocas” – para o mundo das “altas engrenagens” do capital e do capitalismo. Marx, por sua vez, ao falar da “acumulação primitiva”, salienta a importância do “poder do Estado e da força concentrada e organizada da sociedade para acelerar o processo de transformação do regime feudal de produção, no regime capitalista”¹⁷. Mas, ao mesmo tempo, ele afirma que a “biografia moderna do capital começa com o comércio e o mercado mundiais”. E isso se explica porque, de fato, a “violência do poder” aparece em seu raciocínio como uma condição histórica e não como uma dimensão teórica relevante da sua teoria do capital. E, mesmo em sua teoria do modo de produção capitalista, não existe espaço relevante para os conceitos de território, de nação e de competição e luta interestatal. Por isso, é tão difícil de compatibilizar a visão histórica de Marx sobre a “origem” e “acumulação primitiva” do capital com sua dedução teórica do valor e das leis da acumulação capitalista. Como é difícil de transitar, diretamente, da história do “jogo das trocas”, de Braudel, para sua teoria dos “grandes lucros” e dos “grandes predadores” capitalistas, sem a mediação do poder e das guerras que têm pouco destaque em sua história do nascimento europeu do capitalismo¹⁸.

De nosso ponto de vista, entretanto, não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza, a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo

- 15 Braudel, *Os jogos das trocas*, op. cit., p. 403; e idem, *A dinâmica do capitalismo* (Rio de Janeiro, Rocco, 1987, cap. 2).
- 16 “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado”, ibidem, p. 55.
- 17 Marx, op. cit.
- 18 Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (São Paulo, Martins Fontes, 1996).

que os homens tivessem uma propensão natural para trocar — como pensava Adam Smith —, isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum “fator intrínseco” à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e a universalização dos próprios mercados. Pelo contrário, o comércio sempre existiu em todos os tempos, mas, durante a maior parte da história, sua tendência natural foi manter-se no nível das necessidades imediatas ou da “circulação simples” e só se expandir de forma muito lenta e secular. Mesmo depois da “renetização” da economia européia (a partir do século XII), o comércio permaneceu, por longos períodos, restrito a territórios pequenos e isolados¹⁹. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista²⁰, do impulso gerado pela “acumulação do poder”,

¹⁹ “O camponês, ao seguir seus hábitos imemoriais, dificilmente teria consciência de estar agindo segundo uma motivação ‘econômica’; na verdade, não estava; seguia as ordens do senhor feudal ou os ditames do costume. Nem mesmo o senhor estava economicamente orientado. Seus interesses eram militares, políticos ou religiosos e não diretamente orientados para a idéia de lucro e de expansão. Mesmo nas cidades, a conduta habitual dos homens de negócios estava inextricavelmente mesclada com outros propósitos não econômicos [...] ganhar dinheiro era uma preocupação antes periférica do que central na existência medieval ou antiga”, Robert Heilbroner, *A formação da sociedade econômica* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1972), p. 80.

²⁰ Essa “precedência lógica” do “poder” sobre a produção e a distribuição da riqueza é óbvia no período que vai do século XI ao XVII. Mas ela se mantém, mesmo depois da formação do modo de produção capitalista e da consolidação do processo de concentração e centralização privada do capital. Crescem a autonomia dos mercados e o papel da competição intercapitalista, mas aumenta cada vez mais o papel do poder político na expansão vitoriosa e internacionalizante dos capitais nacionais, na administração das grandes crises financeiras, na ponta da inovação tecnológica e na contínua e silenciosa função do crédito e do gasto público indispensáveis à expansão agregada das economias nacionais.

mesmo no caso das grandes “repúblicas mercantis” italianas²¹, como Veneza²² e Gênova²³.

1.2 O poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder²⁴. Desse ponto de vista, a conquista é um movimento de expansão de um “poder soberano” (P1) que acumula mais poder (>P), sobretudo por meio da guerra contra outros poderes soberanos (P2). Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria necessidade de conquistar mais poder, porque simplesmente não existiria a própria relação de poder político, que é sempre desigual e, na sua forma mais elementar, é sempre um conflito de soma zero. Por isso, toda relação de poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesma. Em primeiro lugar, pelo lado dos súditos (S), que resistem ao arbítrio do príncipe ou soberano (P) e tentam expandir sua margem de manobra e de resistência. E, em segundo lugar, pelo lado dos demais poderes soberanos (P2, P3 etc.), que resistem à expansão do poder de P1, ambicionando expandir seu próprio poder. Nesse sentido, a “pressão competitiva” do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os “poderes soberanos” (P1,

²¹ “De acordo com George Friedrich Knapp, foi o sucesso militar veneziano entre os séculos XIII e XV que permitiu a ascensão de sua moeda de conta nas relações dos europeus com o Oriente. E, assim como sucedeu depois da Conquista de Constantinopla em 1204, a passagem dos séculos seguintes assistiu a desdobramentos semelhantes: da conquista militar à dominação mercantil e, por conseguinte, à transformação de sua moeda em moeda de referência no circuito comercial do Mediterrâneo”, Maurício Metri, *Poder, moeda e riqueza na Europa medieval* (Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo, 2007), p. 179.

²² Ver Frederic Chapin Lane, *Venice, a Maritime Republic* (Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1973).

²³ Ver Steven Epstein, *Genoa and the Genoese, 958-1528* (Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2000).

²⁴ “O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados”, Nicolau Maquiavel, *O príncipe* (São Paulo, Abril Cultural, 1983, Col. Os Pensadores), p. 14.

P2, P3...) precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem.

Como a guerra e a preparação para a guerra²⁵ são o instrumento em última instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder²⁶, tendem a se transformar em atividades “crônicas”, dentro desse sistema. Como dizia Maquiavel: a preparação permanente para a guerra deve ser a atividade principal de todos os príncipes, porque, no “jogo das guerras”, não existe espaço para poderes “apáticos”, só existem os poderes que conquistam e os que se defendem²⁷. Ou seja, no universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação do poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta. Por isso, ao estudar as guerras européias do século XIII Norbert Elias concluiu que, naquele mundo, “quem não sobe, cai” e, portanto, a expansão do poder era uma condição necessária e indispensável da sua própria manutenção, por meio do “domínio sobre os meios próximos e sua redução ao estado de dependência”²⁸. Nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão.

²⁵ “Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de tempo deve ser levada em conta tanto a natureza da guerra quanto a natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuvosos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário”, Thomas Hobbes, *Leviatã* (São Paulo, Abril Cultural, 1983, Col. Os Pensadores), p. 75.

²⁶ “Os outros que, do contrário, se contentariam em manter-se tranquilamente dentro de modestos limites, seriam incapazes de subsistir durante muito tempo se não aumentassem seu poder por meio de invasões e se limitassem apenas a uma atitude de defesa”, *ibidem*, p. 75.

²⁷ “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem arte que se espera de quem comandá”, Maquiavel, *op. cit.*, p. 59.

²⁸ Elias, *op. cit.*, p. 94.

1.3 Antes e durante uma boa parte do “longo século XIII”²⁹, a acumulação do poder dos príncipes ou soberanos se calculava pela quantidade do território (T) e da população camponesa e urbana (C + U) incluída dentro do seu domínio: ($>P = >T + >[C+U]$). E se media pela capacidade desse poder soberano de definir a quantidade e a frequência do pagamento dos tributos (I) e das rendas e serviços (R) por parte dessa população³⁰. Esse poder de tributar era essencial, porque era ele que “financiava” a reprodução do próprio poder, por meio da contratação dos exércitos mercenários e da mobilização militar dos servos, camponeses e cidadãos. Naquele momento da história, a base material do poder e a riqueza dos soberanos podiam ser expressas de forma análoga: $P = R = (I + R) / (T + [C+U])$. E a acumulação de poder de P1 se dava por meio da conquista de mais T, C e U, subtraídos a P2, P3 etc., e pelo aumento da sua capacidade de criar novos tributos e impor a exigência da prestação de novos serviços. O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população. Ao definir o tributo pago pela população, o soberano também estabelecia – autoritariamente – a forma mais elementar de distinção entre o “trabalho necessário” e o “trabalho excedente”, ao obrigar a separação da parte da produção que lhe seria entregue, da parte que seria consumida na reprodução da força de trabalho da população.

Nesse ponto, William Petty – pai da economia política clássica – inverteu a ordem dos fatores. Segundo ele, os tributos foram criados

²⁹ Expressão utilizada por Peter Spufford, em explícita analogia com o “longo século XVII” de Braudel, em Peter Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

³⁰ No caso das “repúblicas marítimas” italianas, sua acumulação de “poder naval” se fez por meio da conquista e expansão do controle monopolístico de “territórios marítimos” cada vez mais amplos, que incluíam as rotas marítimas e os portos sobre os quais cobravam tributos. Além disso, operaram seus negócios, pelo menos até o século XIII, com as moedas, as dívidas e os créditos (e a “credibilidade”) dos grandes poderes territoriais de Bizâncio e do Egito, sobretudo no caso de Veneza e Gênova, e com os dízimos e as dívidas da Igreja Católica, sobretudo no caso de Florença. A não-acumulação de poder na forma de território e população pode ser uma das causas do porquê de a concentração de poder e riqueza, no caso dessas repúblicas, não levar à formação de Estados e economias nacionais.

porque existia um excedente de produção disponível³¹, quando, na verdade, os tributos foram criados porque existia um soberano com poder de proclamá-los e impô-los a uma determinada população, independentemente da produção e da produtividade do trabalho no momento da proclamação do imposto. Ou seja, do ponto de vista lógico foi só depois da proclamação dos tributos que a população foi obrigada a separar uma parte de sua produção para entregá-la ao soberano. E essa parte da produção se tornou, a partir daí, um excedente obrigatório de produção a ser transferido periodicamente para as mãos do “poder tribuador”, independentemente do nível alcançado pela produção e pela produtividade da terra e do trabalho. Dessa forma, o valor do tributo em moeda – que foi definido pelo poder soberano – se transformou no primeiro preço do “trabalho excedente” e também, por subtração, do “trabalho necessário”. Assim, sem ferir a lógica, pode-se afirmar que o valor do tributo se tornou a unidade de valor elementar do primeiro sistema de preços dentro da “comunidade de pagamentos”, unificada pelos tributos e pela moeda do soberano.

Da mesma forma, a “monetização” dos tributos representou uma mudança radical no processo de acumulação do poder e também nas relações entre o poder e o mundo da produção e das trocas. O crescimento dos tributos, exigido pelo aumento das guerras e das conquistas, estimulou o aumento da produção, da produtividade e do excedente do trabalho e da terra³². E o pagamento dos tributos em dinheiro estimulou a troca desse excedente ampliado nos mercados onde o “contribuinte” podia acumular os créditos necessários

³¹ “A tributação é possível porque o sistema de produção dentro da sociedade política gera um excedente – especialmente, bens necessários ao consumo deduzidos das necessidades de consumo (trabalho) em sua produção. A noção fundamental presente na discussão de Pery sobre tributação pública é que impostos e gastos públicos constituem a coleta e a redistribuição de um produto excedente a serviço de fins políticos”, Tony Aspromourgos, *On the Origins of Classical Economics: Distribution and Value from William Petty to Adam Smith* (Londres, Routledge, 1996), p. 24.

³² Argumento fundamental de Pery – em sua *Arquitetura política*, publicada em 1690 – sobre a relação entre o poder e a riqueza e sobre a possibilidade de a Inglaterra superar o poder da França – apesar de sua inferioridade em território e população – por meio do aumento de sua produtividade econômica e de sua capacidade de tributação.

para o pagamento das suas dívidas na moeda soberana. Dessa maneira, criou-se um círculo virtuoso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados. A multiplicação das guerras e o crescimento dos exércitos³³, mais os custos com a administração dos novos territórios conquistados, forçaram a “monetização” dos tributos, das rendas e dos dizimos, que passaram a ser pagos em dinheiro, na moeda emitida pelo soberano³⁴. E o poder dos soberanos passou a ser definido por sua quantidade de território e população e por sua riqueza em dinheiro, acumulada sobretudo por meio da cobrança dos tributos e das conquistas de guerra. A partir daquele momento, o mesmo poder que definia o valor dos tributos, das rendas e dos serviços compulsórios também definia o valor da única moeda que ele aceitava como forma de pagamento dos tributos e serviços que lhe eram devidos³⁵.

1.4 A introdução da moeda no mundo do poder e da troca transformou a Europa em um imenso “mosaico monetário”³⁶ na medida em que todos os soberanos foram “monetizando” progressivamente seus próprios tributos e, como consequência, também seus créditos e dívidas internas de longo prazo³⁷. Dessa forma, surgiram infinitas moedas pela Europa, cada uma válida dentro de seu “território de tributação”, que se tornou, ao mesmo tempo, uma “comunidade de pagamentos” do ponto de vista dos mercados. Nestes, sempre existiram moedas privadas,

³³ William H. McNeill, *The Pursuit of Power* (Chicago, The University of Chicago Press, 1982).

³⁴ “Numa localidade após outra podemos acompanhar a conversão dos antigos pagamentos feudais em espécie – os dias de trabalho ou a quantidade de aves ou ovos que o senhor recebia de seus arrendatários – em pagamento de tributos e arrendamentos em dinheiro, com que cumpriam as obrigações para com o senhor”, Halbroner, op. cit., p. 77.

³⁵ Tese central da “teoria estatal da moeda”, George Friedrich Knapp, *The State Theory of Money* (Londres, Simon Publications Inc., [1905] 2003).

³⁶ Metri, op. cit.

³⁷ Ver Mitchell Innes, “What is Money?” e “The Credit Theory of Money”, em *The Banking Law Journal*, Nova York, 1913 e 1914. Os textos foram reeditados em Randall Whay (org.), *Credit and State Theory of Money. The Contributions of A. Mitchell Innes* (Cheltenham, Edward Elgar, 2004).

mas a “moeda estatal” — ou moeda autorizada pelos soberanos — manteve sua primazia hierárquica com relação a todas as demais, porque só ela era aceita nos “guichês do príncipe”³⁸. Portanto, foi nas operações de cancelamento das dívidas e créditos dos soberanos e na arbitragem do “câmbio”, entre as infinitas moedas do “mosaico monetário europeu”, que surgiram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro. Os primeiros bancos europeus nasceram por essas funções e começaram a internacionalizar suas operações e a multiplicar sua riqueza mobiliária ou “financeira” à sombra do poder³⁹. As próprias guerras de conquista enfrentaram o problema do “câmbio” e da “equivalência” entre as moedas dos territórios e das populações envolvidas no conflito e nas transações comerciais indispensáveis à sustentação das tropas. E, após o fim de cada guerra e da conquista de novos territórios, colocou-se uma vez mais o problema da imposição da “moeda vitoriosa” sobre a “moeda derrotada”, porque só a primeira era aceita no pagamento dos tributos e obrigações impostos pelo poder vitorioso à população dos territórios conquistados por meio da guerra.

Por sua vez, o comércio também se expandiu, durante as guerras e depois delas, por meio dos caminhos pacificados e das posições monopolísticas conquistadas dentro dos territórios anexados ou submeridos. Foi assim que as redes da “economia de mercado” se expandiram durante o “longo século XIII” dentro da Europa, dando origem às “letras de câmbio” que se transformaram em novos instrumentos de multiplicação financeira da riqueza privada. Mas a expansão também ocorreu para fora da Europa, dando origem ao chamado comércio “de longa distância” com o Oriente Médio, o Egito e a Ásia. Nesse período, Veneza e Gênova ocuparam um papel central nos vários circuitos mercantis que conectavam a Europa com todo o Mediterrâneo e com a Ásia⁴⁰. As duas cidades-Estado

operavam como “grandes feiras de compensação” e como pontas-de-lança de um comércio feito em boa medida na forma de escambo, mas que utilizava como referência, em última instância, as moedas dos grandes impérios territoriais, como Bizâncio, Egito e China⁴¹ e, mais tarde, o Império Romano⁴². Veneza e Gênova só foram cunhar suas próprias moedas mais tarde⁴³; e Veneza logo depois de perder sua posição privilegiada junto ao poder imperial de Bizâncio.

1.5 Por esses caminhos, foi se consolidando na Europa uma aliança cada vez mais estreita e multiforme entre o poder e o capital; a grande diferença europeia, com relação aos impérios asiáticos, onde a relação dos poderes soberanos com a atividade mercantil e financeira foi muito mais frouxa — uma relação de “neutralidade indiferente”, nas palavras de Irfân Habib⁴⁴ — graças a sua grande capacidade de tributação do uso da terra⁴⁵, uma das possíveis razões da interrupção do expansionismo chinês, no início do século XV⁴⁶. Os soberanos

³⁸ Idéia básica da “teoria estatal da moeda”, Knapp, op. cit.

³⁹ “Os que se dedicavam à troca de moedas [moneychangers] não criavam um território monetário coerente e estável por sua própria conta; eles simplesmente atuavam nas fendas dos territórios monetários criados por outros”, Marie-Thérèse Boyer-Xambeu, Ghislain Deleplace e Lucien Gillard, *Private Money & Public Currencies* (Nova York, M. E. Sharpe, 1994), p. 124.

⁴⁰ Abu-Lughod, op. cit.

européus dispunham de menos terra, com menor produtividade, e viviam comprimidos em um espaço de alta competitividade⁴⁷, não conseguindo financiar suas guerras e suas conquistas apenas com os tributos. Por sua vez, os “comerciantes-banqueiros” europeus cedo descobriram que o financiamento dos soberanos, e de suas conquistas, podia multiplicar seu dinheiro, assegurando-lhes ganhos financeiros e “lucros extraordinários” por meio do financiamento das guerras, do manejo financeiro das dívidas e dos créditos dos soberanos, do câmbio das moedas e da conquista favorecida de posições monopolísticas, em todos os campos da atividade econômica⁴⁸.

1.6 A guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do “longo século XIII”, foi a forma em que a “necessidade da conquista” induziu e depois se associou com a “necessidade do lucro”. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista⁴⁹ europeu é indissociável do poder político. Radi-

⁴⁷ “Ao contrário dos impérios otomano e chinês, ao contrário do domínio que os mongóis dentro em pouco estabeleceram na Índia, não houve nunca uma Europa unida, na qual todas as partes reconhecessem um líder secular ou religioso. Em lugar disso, a Europa era uma mistura de pequenos reinos e principados, se- nhoras fronteiriças e cidades-Estados [...] e todos consideravam os outros como rivais, não como aliados na luta contra o Islã”, Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro, Campus, 1989), p. 14.

⁴⁸ “Assim, os monarcas e burgueses se associaram para provocar o lento crescimento dos governos centralizados e, destes últimos, por sua vez, provieram não só a unificação das leis e das moedas, mas também um estímulo direto ao desenvolvimento do comércio e da indústria [...]. O crescimento do poder nacional também implicava um novo incentivo: a construção de naves, o equipamento de armadas e o pagamento dessas novas forças nacionais, em sua maioria mercenárias. Tudo isso fez que se movimentassem mais rapidamente os centros de circulação monetária”, Heilbroner, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁹ Segundo Braudel, a palavra “capital” começou a ser utilizada nos séculos XII e XIII, “com o sentido de fundos, estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros”, Braudel, *Os jogos das trocas*, *cit.*, p. 201. Nós utilizamos aqui a palavra “capital”, para referir-se ao dinheiro que se multiplica, seguindo a fórmula D-D’, por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou por meio de outras formas de uso do poder e, nesse caso, portanto, a intermediação imediata da mercadoria. E utilizamos a palavra “capitalisem” para referirmo-nos ao “momento” da história europeia medieval em que a busca do lucro se torna um objetivo permanente ou uma “compulsão” quase mecânica, muito anterior, portanto, à formação do “regime de produção capi-

talizando nosso argumento: a origem histórica do capital não “começa pelo mercado mundial”, nem pelo “jogo das trocas”. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem de começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos⁵⁰.

2

Depois do estudo das origens do poder político, da economia de mercado e das primeiras formas de acumulação capitalista na Europa, a partir do século XII, nossa pesquisa nos trouxe de volta ao “longo século XVI”. A verdadeira data de nascimento dos Estados e economias nacionais e do “sistema mundial moderno”, criado e comandado pelos europeus até a primeira metade do século XX. Quando sua liderança passa para as mãos dos Estados Unidos e a descolonização da África e da Ásia multiplica o número dos seus “sócios” com a criação de cerca de 130 novos Estados independentes. Marx foi o primeiro a falar da internacionalização inevitável do “regime de produção burguês”. Mas, depois dele, é possível distinguir três grandes escolas de pensamento, dentro da economia política internacional, que discutem a internacio-

talista”. O que ocorre quando o lucro comercial “é obtido não pela exploração dos produtos do próprio país, mas pela mediação de intercâmbio dos produtos de comunidades não desenvolvidas, tanto comercialmente quanto nos demais aspectos econômicos, e pela exploração de ambos os países produtores”, Marx, *op. cit.* (v. 4), p. 235.

⁵⁰ O método lógico “não é na realidade senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica, e das contingências perturbadoras. Ali, onde começa a história, deve começar também a cadeia do pensamento, e o desenvolvimento ulterior desta não será mais do que a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente corrigida da trajetória histórica; uma imagem reflexa corrigida, mas corrigida de acordo com as leis que fornecem à própria trajetória histórica”, Friedrich Engels, “A contribuição à crítica da economia política de Karl Marx”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas* (São Paulo, Alfa-Omega, s. d.), p. 310.

nalização do poder e do capital e o funcionamento do “sistema mundial”, a partir do século XVII: a teoria do imperialismo, de John Hobson, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lenin; a teoria da “hegemonia mundial”, de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox; e a teoria do *world-system*, de André Gunder Frank, Wallerstein e Arrighi, que assimila o conceito de “centro de gravidade mundial” de Braudel. Nossa leitura da história desse “sistema mundial moderno” nos levou a algumas conclusões diferentes desses autores.

2.1 Como já vimos, os conceitos de poder, território e guerra não ocupam um lugar relevante na teoria do capital e do modo de produção capitalista de Marx. Por isso, em sentido estrito, Marx não tem uma teoria do “sistema mundial capitalista”. Os formuladores dessa teoria, no campo marxista, foram Bukharin⁵¹ e Lenin⁵², que se restringiram ao estudo do imperialismo da segunda metade do século XIX. Por sua vez, a teoria realista da “hegemonia mundial”, de Gilpin⁵³, por exemplo, considera que a tendência à formação de um império mundial é uma característica pré-moderna, que desaparece com o surgimento dos Estados nacionais, contra todas as evidências oferecidas pelas história moderna. Braudel, por sua vez, estuda a formação da primeira “economia-mundo européia” e considera que a formação dos “mercados nacionais” foi uma revolução política e uma obra estatal⁵⁴, mas não extrai as consequências internacionais da sua própria tese. E, finalmente, Wallerstein e Arrighi consideram que o “sistema mundial moderno” antecede a formação dos Estados nacionais e constitui uma única unidade econômica, onde as lutas interestatais fluem um pouco sem precisão teórica⁵⁵.

⁵¹ Nikolai Bukharin, *A economia mundial e o imperialismo* (São Paulo, Abril Cultural, [1915] 1984).

⁵² Vladimir Lenin, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*.

⁵³ Robert Gilpin, *War & Change in World Politics* (Cambridge: University Press, 1982).

⁵⁴ Braudel, *O tempo do mundo*, cit. (caps. 1 e 4).

⁵⁵ “O sistema mundial moderno tem sua origem no século XVI [...]. É e sempre foi uma ‘economia-mundo’. É e sempre foi uma economia-mundo capitalis-

Para nós, entretanto, o verdadeiro ponto de partida do “sistema mundial moderno” é os “Estados-economias nacionais” que foram “inventados” pelos europeus e que se transformaram em “máquinas de acumulação de poder e riqueza”, dotadas de uma “compulsão expansiva” maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o “longo século XIII”⁵⁶. Na verdade, os “Estados-economias nacionais” foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a “pressão competitiva”, a “conquista” e a “acumulação do poder” seguiram sendo “necessidades imperativas” desse novo sistema, como já havia ocorrido no mundo dos domínios e das cidades medievais⁵⁷. Diminuiu o número de unidades soberanas e competitivas e aumentou o seu equilíbrio de força, mas a guerra⁵⁸ seguiu sendo a forma mais importante de conservação e

[...] Capitalistas precisam de um amplo mercado, mas também de uma multiplicidade de Estados para que possam obter as vantagens de trabalhar com Estados, contornando os hostis e favorecendo os amigáveis”, Immanuel Wallerstein, *World-Systems Analysis* (Londres, Duke University Press, 2004), p. 23.

⁵⁶ “Como no passado, uma vez mais, foi a necessidade de financiamento das guerras inglesas que esteve na origem dessas mudanças. Mas, dessa vez, o encontro do poder com os bancos produziu um fenômeno absolutamente novo e revolucionário: os ‘Estados-economias nacionais’. Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar num novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores. Junto com a nacionalização dos bancos, das finanças e do crédito, criou-se um sistema tributário estatal e se nacionalizaram o exército e a marinha, que passaram para o controle direto da estrutura administrativa do Estado. E o que é mais difícil de definir e de medir, consolida-se um novo conceito e uma nova identidade, no mundo da guerra, dos negócios e da cidadania: o conceito de ‘interesse nacional’”, Fiori, “Formação, expansão e limites do poder global”, cit., p. 34.

⁵⁷ Ver Jack Levy, *War in the Modern Great Power System* (Lexington, University of Kentucky Press, 1983); e Jeremy Black, *The Rise of European Powers* (Nova York, Hodder Arnold, 1998).

⁵⁸ “Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras – civis e internacionais – que mataram pelo menos mil pessoas por ano [...]. O sangrento século XIX contou apenas 205 guerras e 8 milhões de mortos. De 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo: de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada quatorze